



Definida composição das Comissões

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Em reunião dos líderes de bancada, realizada após a sessão plenária de terça-feira, 2 de março, foram definidos os nomes dos presidentes das comissões para este ano. As únicas alterações foram nas **Comissões de Constituição e Justiça (CCJ)**, de **Finanças e Tributação (CFT)** e de **Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia**. O deputado João Paulo Kleinübing (PFL), que presidia a primeira, ficou com o comando da Finanças, enquanto seu colega de bancada, deputado Julio Garcia, vai presidir a CCJ. O petista Afrânio Boppré assume a Comissão de Economia, substituindo o pepebista almir Comin. O anúncio foi feito pelo vice-presidente da Casa, Onofre Agostini. As outras Comissões continuam sob a presidência dos seguintes deputados:

Segurança Pública

João Rodrigues (PFL)

Agricultura e Política Rural

Mauro Mariani (PMDB)

Direitos e Garantias**Fundamentais, de Amparo****à Família e à Mulher**

Odete de Jesus (PL)

Transportes e**Desenvolvimento Urbano**

Reno Garamori (PP)

Educação, Cultura e Desporto

Paulo Eccel (PT)

Saúde

Clésio Slavaro (PSDB)

Trabalho, Administração**e Serviço Público**

Genésio Goulart (PMDB)

Relacionamento Instituição,**Comunicação, Relações****Internacionais e do Mercosul**

Celestino Secco (PP)

Turismo e Meio Ambiente

Dado Cherem (PSDB)



Agostini fez anúncio oficial

Duas novas comissões foram criadas, a de **Legislação Participativa**, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), e a **Comissão de Ética e Decoro Parlamentar**, cujo titular será o deputado Joares Ponticelli (PP).



Deputados em plenário nas últimas conversações sobre a composição das Comissões

CPI da Udesc

Mais dois depõem no dia 8

A CPI da Udesc ouve, a partir das 14 horas de segunda-feira (8), o ex-servidor da universidade, exonerado por irregularidades em 1993, Daniel Olm dos Santos e José Mário Câmara da Fonseca,

mantenedor de convênio com o Ensino a Distância da Udesc, em São Luiz do Maranhão. O prefeito de São Gonçalo dos Campos (BA), Antônio Dessa Cardoso, depôs na CPI no último dia 1º de março.

Página 6

Bingos e vídeo-loteria

Trabalhadores de casas de bingos e jogos eletrônicos - fechados por força de Medida Provisória federal - lotaram o hall da Assembléia, no dia 1º de março, segunda-feira, em protesto na defesa de seus empregos. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já adiantou que os estabelecimentos não serão reabertos enquanto não for feita uma "ampla discussão com a sociedade".

Em 1999, a Direção de Investigação Antimáfia na Itália (DIA), em investigações que haviam começado naquele país e em consequência de consulta feita pela Polícia Federal brasileira, descobriu que dinheiro do narcotráfico é lavado através da disseminação de máquinas eletrônicas, com programas de videobingo, videopôquer e afins.



(foto Carlos Kilian)

Conflito por terras

No próximo dia 11, a Comissão de Agricultura da Assembléia, reúne-se com a Comissão do Senado para buscar soluções. Nesta edição do AL Notícias, Enoir Barbieri, da Faesc, e Cleber Busatto, do CIMI, falam sobre o conflito.

Páginas 4 e 5

A força do poder local

O Brasil viveu nas últimas décadas um acelerado processo de urbanização. Hoje, cerca de dois terços de nossa população estão nas cidades. É nos mais de 5.500 municípios brasileiros que nossa sociedade vive seus principais dramas e contradições.

A proximidade física dos habitantes com seus representantes eleitos para o parlamento municipal e para a prefeitura potencializa sua capacidade de pressão em torno de soluções para seus problemas mais urgentes. Os governantes são forçados a dar respostas, a apresentar alternativas e a expor publicamente suas ações administrativas com grande frequência. Aí reside a força do poder local. A soberania popular é exercida em cobranças feitas cara a cara, olho no olho. Mas, também, pode ser testada na hora do voto numa eleição.

O crescimento rápido e desordenado dos centros urbanos agravou os problemas de moradia, saneamento, transporte urbano, degradação ambiental, segurança, entre tantos outros problemas. A definição das prioridades na aplicação dos recursos públicos é encargo de quem governa. Aplicar a maior parte das verbas do município em grandes obras viárias no centro e em bairros nobres, com calçamento, iluminação, saneamento, entre outros, reflete o distanciamento entre o governo e o povo e amplia a desumanização de nossas cidades. Estes investimentos são certamente necessários, mas e o resto da população, como fica? As obras nas

periferias também são importantes e necessárias, assim como a preservação dos equipamentos públicos como praças, parques e praias.

O estabelecimento de mecanismos que asseguram a ampla participação popular na definição de critérios para a destinação dos recursos públicos significou um grande avanço em termos de administração municipal nos últimos anos. Possibilitou um salto de qualidade. As pessoas sentem que podem interferir nas decisões sobre as prioridades nos investimentos públicos e com isto se reconhecem em sua cidade e se identificam com seus representantes, que implementam obras decididas coletivamente. A recuperação das margens do Guaíba, em Porto Alegre, e sua devolução ao povo da cidade, além de postos de saúde nos bairros, centros culturais, são exemplos do enorme êxito obtido com o estímulo à cidadania e o incentivo à participação popular.

O Governo Lula, com a criação do Ministério das Cidades, demonstrou que está sintonizado com o sentimento geral da população brasileira, que não espera mais milagres nem salvadores da pátria. Espera apenas o respeito aos seus direitos de cidadania, espera ser ouvida em suas reivindicações. O Orçamento Participativo constitui a demonstração na prática de que fazer para todos é o melhor jeito de atuação nas administrações municipais. A verdadeira força do poder local vem do povo que habita nossas cidades.

Deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT)

Precisamos derrubar o veto!

Mais de 20 mil estudantes universitários de Santa Catarina aguardam, com ansiedade, que este Parlamento finalmente dê uma resposta inequívoca à questão que atualmente mobiliza as atenções desses jovens: a ampliação das bolsas do Artigo 170 da Constituição Estadual. A Assembléia Legislativa, na verdade, já deixou clara sua postura a respeito, ao aprovar o projeto de lei complementar nº 009/03, amplamente debatido em audiências públicas em todas as universidades durante o ano de 2003. E, para surpresa nossa, acabou vetado pelo governador do Estado.

Surpresa, porque foi o próprio governador quando, ainda candidato, que fixou a ampliação das bolsas previstas no Artigo 170 como um dos seus compromissos centrais para a área da educação, que reuniu no chamado "Propostas para a Juventude". A propósito, um outro compromisso (entre vários), era o de implantar

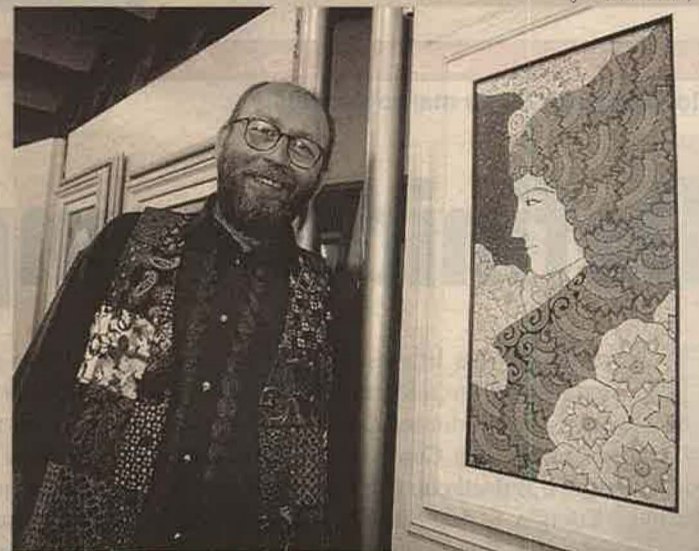
o campus da Udesc em todas as regiões de Santa Catarina. Isso também foi vetado.

O que os estudantes esperam é que este Parlamento derrube, antes de tudo, o inexplicável veto à ampliação das bolsas. Pelo Projeto de Lei Complementar nº 009/03, ficaram estabelecidas as seguintes alterações na Lei Complementar nº 180, em vigor: aumento de 50% para 90% dos recursos previstos para bolsa de estudos aos alunos matriculados na Acafe, 10% para os alunos de instituições particulares, valor nunca inferior a 50% da mensalidade, e bolsa de 100% para aluno carente portador de deficiência física.

Essas alterações abririam oportunidade de ampliação dos recursos das bolsas do Artigo 170. E a ampliação dos recursos seria um forte estímulo para que mais estudantes possam ser abrangidos. De 20 mil, podemos chegar a 40 mil estudantes beneficiados com essas mudanças.

Deputado Joares Ponticelli (PP)

Exposição



Pimenta e uma de suas obras em exposição

O artista plástico Antonio de Souza Gurgel, o Pimenta, expõe obras de 1º a 9 de março, na Galeria de Arte Meyer Filho, da Assembléia. A abertura aconteceu às 19h de segunda-feira (1º).

Pimenta nasceu em 1951, em Natal, Rio Grande do Norte. Frequentou o Liceu de Artes e Ofícios, onde estudou desenho. Há anos vem aprimorando sua técnica de pintura em tinta acrílica e bico de pena, com a qual vem se destacando pelo seu estilo inconfundível ao público frequentador das galerias de

arte do Brasil e do mundo. Usando cores fortes, vibrantes e num verdadeiro trabalho de paciência, Pimenta transmite em seus quadros uma sensação de suavidade e delicadeza.

O artista já fez exposições individuais nas galerias Las Vegas (Buenos Aires), Delfin, Contemporânea, AABB Roberto Alves (Rio de Janeiro), J.S. Atelier de Arte (Belo Horizonte), Marsham Gallery (Londres), Salvador (Bahia) e outras. Participou de mais de 70 exposições coletivas em vários estados do Brasil e no exterior, com várias premiações. (DAB)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Imprensa Oficial homenageada pelos 70 anos

(foto Carlos Kilian)

Em sessão solene realizada no dia 1º, a Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (Ioesc) recebeu homenagem. A proposição foi feita pelo deputado Jorginho Mello (PSDB) para comemorar os 70 anos de sua fundação.

Presidida pelo deputado Djalma Berger (PSDB), a sessão contou com a presença dos diretores gerais da Ioesc, Carlos Antônio da Silva, da Imprensa Oficial Nacional, Fernando Souza Vieira, do procurador de Justiça, Plínio César Moreira, além de outros diretores do órgão estadual.

Silva falou a respeito do trabalho que será organizado ainda este ano, com publicações importantes, como a divulga-

ção de atos oficiais ocorridos até o momento. Todas as diretorias e a história da Ioesc também foram mencionadas. "A missão da Imprensa Oficial é publicar em dia e corretamente os atos oficiais, conforme preconiza a lei, com transparência e ampla informação", afirmou.



Deputado Jorginho Mello

História - Criada por meio do Decreto nº 483, do então interventor federal, coronel Aristidiano Ramos, em 5 de fevereiro de 1934, a Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina iniciou suas atividades subordinada à

Secretaria dos Negócios de Interior e da Justiça.

Hoje, com sede própria em Florianópolis, a Ioesc abriga em suas instalações modernos

equipamentos que visam a atender as publicações dos diários oficiais e todos os serviços de impressão gráfica do governo do Estado.

A Ioesc abriga vários projetos de ação social, dando amparo a deficientes auditivos, visuais ou portadores de necessidades especiais. Todos têm lugar certo em sua estrutura de trabalho, em áreas que não oferecem risco, como encarte, colagem, expedição e central telefônica. 12% do quadro da Imprensa é constituído por pessoas nestas condições. O aproveitamento de trabalhadores especiais é possível através de convênio com a FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial), demonstrando a responsa-



Carlos Antônio da Silva e o deputado Djalma Berger

bilidade social da Imprensa perante a sociedade catarinense.

Atualmente, o maior desafio é transformar a Imprensa Ofi-

cial, de uma impressora de jornais, para uma publicadora de conteúdo digital, através do Diário Oficial on-line. (DAB/GMP)

Servidores recomeçam ginástica laboral

Na quarta-feira (3), reiniciou o Programa de Ginástica Laboral (GL), pelo convênio firmado em novembro do ano passado entre a Divisão de Saúde e Assistência da Assembléia Legislativa e o Centro de Fisioterapia e Desportos da Udesc. A ginástica destina-se aos servidores da Casa e consiste em atividades de curta duração - entre 10 e 15 minutos -, desenvolvidas no ambiente de trabalho, repercutindo de forma preventiva e terapêutica. São exercícios compensatórios durante a execução do trabalho, com pouca exigência física, como alongamentos, relaxamento, recreação e consciência corporal.

Sob a coordenação de Adriana Seara Tirloni, professora de educação física da Udesc e responsável técnica pelo programa, duas estagiárias do curso de educação física já estão percorrendo os setores da Casa três vezes por semana desenvolvendo o programa e distribuindo um folder explicativo sobre a GL. Segundo Adriana, todos os setores interessados no programa devem agendar com a Divisão de Saúde. "O que se percebe é que as pessoas têm mais motivação para trabalhar".

Antônio Bento, de 55 anos, disse que desde o ano passado já fazia os exercícios individualmente no setor onde



(foto Jonas Lemos Campos)

Com apenas 15 minutos diários, a GL melhora a qualidade de vida dos servidores

trabalha, orientado pelo folder. "Sou hipertenso e já tive um derrame, por isso a atividade física já se tornou um hábito diário", declarou empolgado. A servidora Ivânia Beatriz Nerbass, também de 55, já aderiu ao programa. "Faz bem para o corpo e para a cabeça", afirmou.

O médico e diretor da divisão, Julio César Marchi, acredita na grande adesão dos servidores ao programa. "O objetivo é tornar a ginástica labo-

ral um hábito diário dos servidores, que podem desenvolvê-la não apenas nos seus setores, mas também no hall da Assembléia". Entre os benefícios da ginástica laboral estão o aumento da disposição e da motivação para o trabalho, diminuição da fadiga muscular, melhora no relacionamento interpessoal, redução dos níveis de estresse e de tensão e prevenção e diminuição dos casos de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. (RMPP)

Fórum parabeniza CNBB

A Igreja Católica e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram parabenizadas pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), presidente do Fórum Permanente de Preservação da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani, na sessão ordinária de quarta-feira (3), pela Campanha da Fraternidade deste ano, cujo tema é Água, Fonte de Vida.

Como presidente do Fórum, o deputado disse que ficou "maravilhado com a campanha, pois assim todos terão conhecimento das condições da água potável em nosso país". No dia 26 de março, o Fórum estará realizando um debate em Lages sobre os problemas hídricos. (DAB)

Produtos catarinenses

Ainda sem data prevista para instalação, foi criado o Fórum Parlamentar Permanente para fiscalizar e avaliar todos os produtos oriundos de outros estados, proposto pelos deputados Sérgio Godinho (PTB) e Clésio Salvaro (PSDB). Eles justificam que diversos produtos que vêm de outros estados, como a carne, chegam aqui com preços menores por causa dos incentivos fiscais que recebem. Segundo Godinho, Santa Catarina importa 50 mil toneladas de carne por ano da mais alta qualidade. (GMP)

Conflito por terras: Faesc

Diretor da Federação da Agricultura de Santa Catarina, Enori Barbieri, responsabiliza os políticos, os governos estadual e federal, e a Igreja Católica pelo acirramento do conflito por terras, principalmente no Oeste catarinense

Scheila Dziedzic

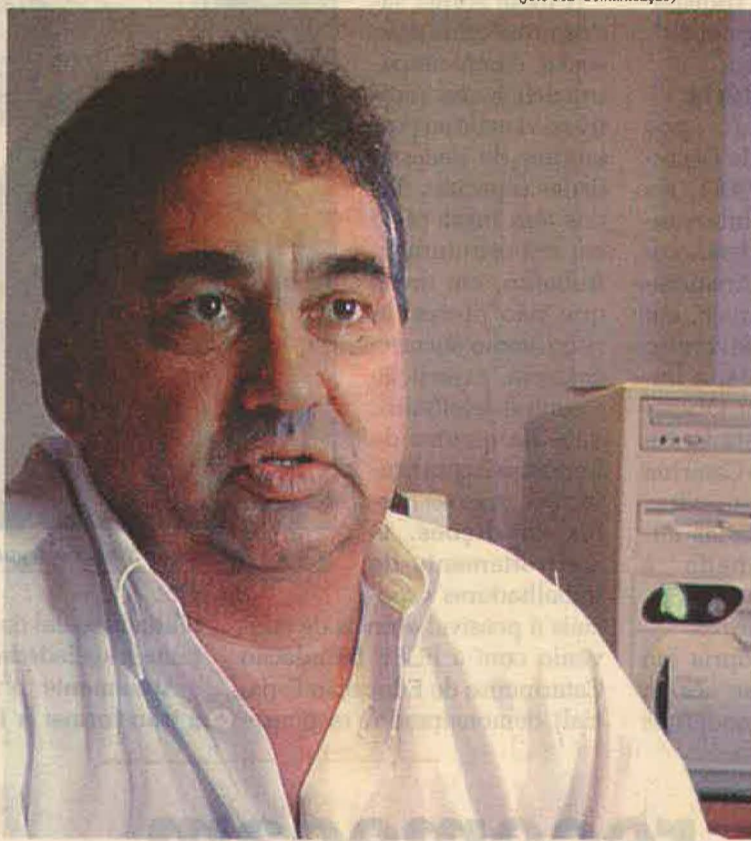
AL Notícias - A disputa por terras entre agricultores e comunidade indígena é uma situação antiga. Qual é a avaliação da Federação da Agricultura de Santa Catarina?

Enori Barbieri - Depois da Constituição Federal de 1988, onde se deu brecha para as comunidades indígenas buscarem a ampliação de suas áreas ou novas áreas, a Fundação Nacional do Índio - (Funai), usando estes mecanismos e estas brechas da legislação, através do Conselho Missionário Indigenista - (CIMI), passou a buscar este espaço. Nós temos visto que eles têm feito com muita habilidade, e sempre agindo da forma que a lei permite. Mas, temos visto também, no decorrer destes anos, a inoperância dos governos estadual e federal na defesa do produtor rural. O produtor rural comprou títulos quase centenários, pagou por eles e se vê perdendo suas terras, sem o direito de ser indenizado porque assim prevê a legislação. A Faesc tem feito atos e reivindicações, mas acaba esbarrando na legislação que os políticos ainda não mudaram. E cabe somente a eles mudar a Constituição Federal e as leis, e ao governo, buscar uma solução pacífica para o caso.

Essa situação, infelizmente, desencadeou conflitos como em Abelardo Luz, que culminou com o assassinato que chocou toda uma nação agrícola (na madrugada de 16 de fevereiro, o líder sindical e agricultor Olisses Stefani foi morto com um tiro em área de conflito entre índios e agricultores). Sabemos que não são os índios que querem isso e sim aqueles que estão por trás dos índios. E por trás está a Igreja Católica, que fomentou o Movimento Sem Terra (MST) e viu enfraquecido o movimento, passando a investir numa questão legal que é a questão indígena.

AL Notícias - Em nota oficial após o assassinato ocorrido em Abelardo Luz, a Faesc acusa a Funai de estar entre a inércia e a omissão. A que especificamente vocês se referem?

Barbieri - Neste caso nós acusamos abertamente a Funai porque veículos da entidade escoltaram os índios vindos do Paraná até Abelardo Luz. A Funai participou ativamente desta invasão e não cabe a Funai, na forma da lei, fazer isso. Acho que aí teve um envolvimento direto da Fundação. Podem alegar que os funcionários utilizaram os veículos sem a sua ordem, mas se são funcionários estão respondendo pela instituição. E, neste ponto eu também cobro do governo estadual: nós estamos importando índios. E cobro até da própria Assembleia Legislativa, que já promoveu inúmeras audiências públicas sobre a questão indígena. Está se discutindo uma área indígena na região de Saudades, onde poderão ser desalojadas 400 famílias de pequenos agricultores, para abrigar índios de Nonoai, cidade do Rio Grande do Sul, para se criar uma reserva naquela região. Não existe índio da reserva de Saudades. Em Abelardo Luz está se pretendendo criar uma reserva indígena, onde os colonos já têm as suas terras a muitos anos com titulação, para trazer índios do Paraná. Cade a Assembleia Legislativa e o



Enori Barbieri

governo do Estado na defesa do território e dos produtores catarinenses? Nas reservas de Seara - eu fui criado lá -, na minha época não existia índios. Agora já tem uma reserva e se pretende criar mais uma. De onde virão estes índios? Se fala que aqui é o melhor estado brasileiro em divisão geográfica e fundiária. Onde está o modelo de pequenas propriedades? Não há espaços para novas reservas. Há muito espaço no centro-oeste e norte do país.

AL Notícias - Qual é a restrição que a Faesc tem em relação a atividade desenvolvida pelo CIMI?

Barbieri - O CIMI é um segmento da igreja católica que há muito tempo está envolvido na questão indígena. Sabemos que a Funai não quer e nunca teve orçamento do governo federal porque através destas ONG's conseguem muitos recursos de doação do exterior em que não é necessária a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). É muito dinheiro que elas aplicam, da forma que melhor entenderem. O CIMI se aproveita muito bem destes recursos para agir e fazer o que estão fazendo nesse momento. E apoiado pela Igreja Católica. Nós sabemos quem são os fomentadores e onde estão os focos. Infelizmente, a sociedade catarinense conviveu com isso, na esperança de que a justiça e o governo pudesse defendê-la. A comunidade rural e agrícola já não conta mais com a esperança de ter alguém que a defenda. E começa se organizar para sua defesa própria e isso não é bom, pois pode levar a outros confrontos. E nós poderemos ter no futuro não um caso Olisses, mas pessoas inocentes pagando com a vida porque não se vê uma agilidade maior do governo estadual e federal

(foto MB Comunicação)

em buscar soluções para os conflitos. Há vários anos essas famílias vivem a angústia de não saber o que fazer: se investem ou não nas suas propriedades. Famílias que já desanimaram de produzir e trabalhar porque não se tem uma solução e não se sabe quando isso vai terminar.

AL Notícias - O senhor acredita que as audiências públicas promovidas pela Assembleia não tiveram resultados?

Barbieri - Para que serviram as audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa? Para onde se avançou? Essa questão não pode ser usada para fazer palanque. Nós gostaríamos de uma ação firme da Assembleia, através da Comissão de Agricultura e Política Rural e de Constituição e Jus-

tiça, em buscar soluções junto ao governo federal. É necessário um intercâmbio maior e efetivo entre as esferas estadual e federal para uma solução rápida para estes conflitos. Se pelo menos o assassinato do Olisses servir para a solução dos outros conflitos catarinenses, que já são em número de 27. Veja bem, em um estado do tamanho de Santa Catarina já são 27 as áreas de conflito entre agricultores e indígenas. Isso poderá representar cerca de 5 mil famílias para criação de áreas indígenas. Não tenho o número que define o universo de índios em Santa Catarina, mas eu diria que os índios que existem no Estado possuem área suficiente para sobreviver e viver tranquilamente.

O que parece que não está muito claro em SC são aqueles que buscaram terras via movimento Sem Terra, que passaram ver sua esperança comprometida e passam agora a se infiltrar nos movimentos indígenas para buscar uma solução e sobreviver de uma forma tranquila.

AL Notícias - Qual o encaminhamento satisfatório para solucionar estes conflitos?

Barbieri - É a legislação federal que rege esta questão, mas gostaríamos que o governo estadual buscasse a suspensão de todos os processos de ampliação e delimitação de novas áreas indígenas em Santa Catarina. E que fosse criada no estado uma legislação proibindo a entrada de indígenas de outros Estados em Santa Catarina. Parando esse processo e essa insegu-

rança, através de lei, o estado dando todo apoio que vem pelas famílias catarinenses, por meio de. O que não pode é o Estado aqueles que produzem, trabalhadores. É preciso que governo e Assembleia Legislativa quem uma solução imediata esperar que os agricultores pelas próprias mãos? Em Abelardo Luz, um acordo firmado, no qual a prefeitura deu casas para nove famílias morando na Funai. Esse acordo teve famílias de índios permanecendo em Abelardo Luz vai tirar essa revolta da comunidade pelos índios é muito grande. Cabe à Funai, já que não existe área indígena - processo está parando as famílias não paguem por não devem. Os índios que foram levados de volta para a propriedade do Estado. Inclusive a Assembleia uma Proposta de Lei, de autoria do deputado Sérgio (PT), que prevê a responsabilização das áreas desapropriadas em favor dos índios. Mas diria que é muito pouco e você não volta o que construiu numa vida inteira e jogar mais uma vez o dinheiro dos sem terra.

“O produtor rural comprou títulos quase centenários, pagou por eles e se vê perdendo suas terras, sem o direito de ser indenizado porque assim prevê a legislação.”

Enori Barbieri

AL Notícias - O lado do agricultor também tem o lado do índio? Ser justo com o índio e de outro?

Enori Barbieri - A justiça está sendo feita. As propriedades de 200 hectares de um índio para 200 hectares. Querem dar os índios que vivem em Santa Catarina. A Funai tem a tendência aos índios

que pertence aos produtores? Nós, nossos avós, para vir ao Brasil, tivemos que fazer um convite para imigração nos dar eles a garantia de segurança e o direito de produzir. O agricultor querem nos tirar dizendo que os índios foram comprovadas como se foram tiradas dos catarinenses por serem mais forte, o Conselho Missionário Indigenista mais forte, os agricultores mais forte. Mato Grosso e outros lugares o pequeno agricultor aceitou o direito na justiça e foi enganado em mais ninguém, apenas em quem é tutor dos índios pela Constituição. Ser tutor de assassinos.

e CIMI dizem o que pensam

Coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cleber Busatto, defende a devolução das terras aos índios, no estrito cumprimento da Constituição e da legislação, assim como o pagamento das benfeitorias pela União, enquanto o Estado deve se responsabilizar pela indenização pelas terras e reassentamento dos agricultores.

...deria continuar
...tando aos indíge-
...colas, rede de saú-
...ficar omissos com
...ham e geram im-
...or, bancada fede-
...a Brasília e bus-
...o caso. Ou vão
...em providências
...do Luz havia um
...ra construiu nove
...lá até uma solu-
...nou e essas nove
...lá. A sociedade
...famílias de lá. A
...assinato do Olis-
...i retirar essas fa-
...terminada como
..., e para que es-
...a conta que eles
...m do Paraná fo-
...ste a responsabi-
...n tramitação na
...nda Constituci-
...re Pedro Baldis-
...lidade de inde-
...dos agricultores
...e o que se inde-
...seguir trazer de
...pagar uma míse-
...lia para o movi-

AL Notícias- O que é e qual a proposta do CIMI?

Cleber Busatto - O Conselho Indigenista Missionário foi fundado em 1972, e é um órgão anexo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O contexto de sua fundação é do período militar e traz a proposta de integração dos povos indígenas à comunidade nacional. Os povos indígenas têm cultura, um modo próprio e direitos específicos e isso deve ser preservado como originalmente são. Então, o CIMI se propõe a trabalhar, assessorar, orientar as comunidades justamente na perspectiva de garantia dos direitos constitucionalmente conquistados e do modo de vida de acordo com a cultura. O CIMI preza pela autonomia dos povos indígenas.

AL Notícias- A demarcação de terras resulta num conflito entre direitos de índios e de agricultores. Houve um processo de compra e venda destas terras e que foi legalizado pelo próprio governo que concedeu o direito de venda das terras às companhias colonizadoras. Como o CIMI se posiciona?

Cleber- Na nossa concepção somente é possível se preservar a cultura e o modo de viver de um povo estando este povo sobre a sua terra.

Os povos indígenas têm direitos sobre as suas terras, tradicionalmente ocupadas. A Constituição e as leis brasileiras garantem este direito aos povos indígenas e a gente contribui para que este direito seja colocado em prática. A terra para a comunidade indígena é elemento fundamental. Sem terra não existe cultura indígena. Nossa posição é de apoio às comunidades indígenas, mas não é anti-agricultores. Já nos manifestamos várias vezes e temos a clara convicção de que os agricultores, que hoje residem em terras que são tradicionalmente indígenas e que são reconhecidas assim, têm seus direitos. Para o CIMI, existem responsáveis pelo processo de colonização. Esses responsáveis não são nem os índios e nem os agricultores que foram colocados nestas áreas. A responsabilidade é do governo esta-

dual. Os índios têm direito sobre a terra, mas os agricultores que estão sobre elas já construíram muitas benfeitorias, estão organizados e também têm direitos. À União cabe a indenização pelas benfeitorias. A questão da terra em si não cabe a indenização pois no momento em que determinadas áreas são reconhecidas como terra indígena, ela passa a pertencer a União. Não fica em nome desta ou daquela comunidade. E portanto, não pode pagar aquilo que não é dela. A responsabilidade de indenizar ou reassentar é do Estado. Porque foi o governo do Estado que historicamente concedeu às empresas colonizadoras o direito de realizar o processo de ocupação que teve início no século 20, por volta de 1910. O Estado, considerando as terras como devolutas, ou seja, desconsiderando a presença dos índios, concedeu o direito às colonizadoras de dividir as áreas em lotes que foram vendidos aos agricultores. Por isso, entendemos que o Estado deva reconhecer a sua responsabilidade.



Cleber Busatto

“A responsabilidade de indenizar ou reassentar é do Estado. Foi ele que concedeu às colonizadoras o direito de ocupação, que teve início no século 20, por volta de 1910”.

Cleber Busatto

Constitucional nº 03/03, do deputado Pedro Baldissera- *Padre Pedro* (PT), que trata da indenização pelo governo do Estado aos agricultores que tiveram terras desapropriadas para demarcação como área indígena. Vocês têm conhecimento? Esta proposta atende ao caso em questão?

Cleber- O próprio CIMI teve participação efetiva da elaboração do projeto. Na nossa compreensão, é a melhor forma jurídica e legal do Estado reconhecer a sua responsa-

bilidade pelo processo histórico e assim assumir a sua parte. É a forma de fazer com que os agricultores saiam ainda em melhores condições das áreas que hoje ocupam.

AL Notícias- A situação de Abelardo Luz é semelhante a outros pontos de conflito? O que aconteceu lá e que acabou culminando com o assassinato de Olisses?

Cleber- A situação de Abelardo Luz é bastante delicada, mas não tinha necessidade de ter chegado a esse ponto. O processo de regularização da terra indígena de Toldo Imbu já vem se arrastando desde de 1998, quando foi criado o grupo de trabalho por parte da Funai que fez a identificação e delimitação da área de 1.965 hectares como sendo terra do povo Kaingang. Esse processo teve relatório encaminhado pelo grupo técnico à Funai, foi publicado e transcorridos os prazos de contestação. Ocorreu um problema porque a Funai não tinha feito levantamento fundiário. Novamente foi publicado prazo de contestação. Em dezembro de 2002, este processo deu entrada no Ministério da Justiça em Brasília. Cabe ao ministro a assinatura da portaria declaratória. Todo ano de 2003, mesmo com vários documentos que a comunidade mandou juntamente

com outros caciques da região, não foi publicada a portaria declarando as terras como sendo dos Kaingangs. As lideranças de Abelardo Luz comunicaram ao Ministério que haveria a possibilidade de confronto, porque a comunidade pressiona as lideranças para que o processo ande. Mesmo diante desta situação, o Ministério não publicou a portaria declaratória. Pelo que nós sabemos, a comunidade de Toldo Imbu estava se organizando para fazer um manifesto para tentar pressionar o governo a assinar a portaria. Pelo Decreto nº 1.775, que regulamenta o processo de demarcação, o prazo estabelecido para isso é de 30 dias. A comunidade estava se organizando para o manifesto e, infel-

zimente, aconteceu do Olisses se aproximar e a partir disso são várias versões. A Polícia Federal está investigando e são eles que vão dizer o que realmente aconteceu no local. Em conversa com uma das lideranças foram relatadas as dificuldades que eles estão passando e agora a tendência é de ficar bem pior. Pela pressão que vão sofrer. A própria subsistência deles. Na compreensão deles vai dificultar a convivência com a sociedade envolvida. Vai ficar mais tensa e problemática. A assinatura da portaria declaratória teria o efeito de distensionar as relações e isso tem acontecido nos demais processos de demarcação. Tem se observado que a tensão é maior neste período inicial do processo da identificação e contestação. A portaria é um divisor de águas. O agricultor se dá conta de que o processo não tem retorno e passa a trabalhar para que seus direitos sejam garantidos dentro do processo. E assim, a possibilidade de conflito diminui muito. Nós temos na região várias áreas com o processo parado no Ministério da Justiça. Uma situação de conflito latente que vai sendo acirrado pelas pressões de um e de outro lado e pela indefinição. O governo devia agilizar esses processos. Assim, dificilmente ocorreria um conflito semelhante.

CPI da Udesc

Prefeito baiano confirma denúncias

(foto Carlos Kilián)

O prefeito da cidade baiana de São Gonçalo dos Campos - situada a 15 quilômetros de Feira de Santana -, Antônio Dessa Cardoso (PP), confirmou em depoimento na tarde de segunda-feira (1º), na CPI da Udesc, presidida pelo deputado Paulo Ecel (PT), que a instituição teve participação em irregularidades no projeto de Ensino a Distância. Segundo ele, um instituto denominado Paulo Freire utilizou o nome da universidade para aplicação do curso naquela cidade, com o aval da Reitoria. Inclusive com a presença de representantes em aula inaugural no ano de 2002.

Antônio Cardoso iniciou seu depoimento fazendo um histórico da participação da Udesc no que denominou de "maior escândalo político" da região. "Coloquei-me à disposição para depor nesta CPI a fim de que possa apresentar uma certidão para a minha população, comprovando que não tivemos qualquer envolvimento com as irregularidades. Recebemos a visita do padre Antônio Valberto Pereira da Silva, porta-voz e representan-

te do Instituto Paulo Freire que, alicerçado em documento da Udesc autorizando-o, ofereceu o curso", contou.

Só em São Gonçalo foram 374 inscritos, mas este número pode passar de 5 mil, pois mais de 20 municípios também estavam entrando no esquema. Eles cobraram R\$ 40 de cada inscrito, a título de matrícula. Os professores municipais pagariam R\$ 130 e os estaduais, R\$ 180 mensais. A Udesc sabia disso, assinalou Antônio, tanto que os reitores - o pró-tempore José Carlos Cechinel e o Raymundo Zumblick, além dos professores Marcos Herter e Leda Secca -, estiveram na cidade, "sendo que os gestores chegaram a receber títulos de cidadãos honorários".

O prefeito, que diz contar com a aprovação de sua administração por mais de 80% da população e que busca a reeleição em outubro próximo, disse que acabou envolvido no que poderia citar como "um grande estelionato" e que não queria levar atestado de "trouxa ou ladrão". Ele salientou que este-

ve no mês de agosto de 2002 conversando com Zumblick, quando ficou sabendo que a instituição não poderia ministrar cursos de pedagogia através do Ensino a Distância fora das fronteiras catarinenses e com, no máximo, 200 alunos. "Fui bem tratado aqui, mas voltei de mãos vazias. Nós confiamos na idoneidade da Udesc e, pelos documentos que vimos, o Instituto Paulo Freire estava autorizado pela instituição", observou.

O deputado Celestino Secco (PP) questionou se o prefeito conhecia um deputado do PMDB que o estaria processando por desvios de verbas públicas, sendo informado pelo depoente que tratava-se de seu irmão e que o Ministério Público não ofereceu denúncia à Justiça, que já completaria um ano e meio.



Antônio Dessa e os parlamentares que integram a CPI

Outro depoimento

- A CPI também ouviu, no mesmo dia, o depoimento de Paulo César Leite Esteves, funcionário da Finep (Financiadora de Ensino e Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia) e que no período de 1992/97 atuou na Udesc. Ele contradisse o depoimento do ex-reitor Rogério Braz, confirmando que recebia da instituição para cumprir seus trabalhos, a título de cargo em confiança. Braz, ao depor em sessão anterior, negou que os trabalhos desenvolvidos por Esteves tivessem remuneração da universidade. Participaram também da reunião, os deputados Dado Chereim (PSDB) - relator-, Julio Garcia (PFL) e Ronaldo Benedet (PMDB). (CA)

Audiências regionais vão subsidiar políticas públicas para jovens

(foto Jonas Lemos Campos)

Dando início ao debate regional da Comissão Especial da Juventude - uma das cinco existentes no âmbito do Congresso Nacional -, os deputados petistas federal e estadual Cláudio Vignatti e Francisco de Assis, respectivamente, além do presidente da União Catarinense de Estudantes, Carlos Eduardo de Souza, explicaram no dia 2, em coletiva à imprensa, as metas das audiências públicas promovidas pela Alesc, que começam no dia 5, em Lages.

"Com os resultados vamos poder elaborar políticas públicas para a juventude brasileira, referentes ao trabalho, saúde, educação, basicamente", sintetizou Vignatti, assinalando que o trabalho está sendo realizado em todos os estados brasileiros, numa parceria com os legislativos estaduais. No entanto, somente as assembleias estaduais de Santa Catarina e de Minas Gerais estão promovendo audiências regionais. As demais realizarão apenas uma, estadualizada. "Toda a estrutura do parlamento catarinense foi disponibilizada por iniciativa do presidente da Casa, deputado Volnei Moraes (PT), que desde o ano passado



Deputado Vignatti (ao centro) e Carlos Eduardo de Souza, da UCE (à direita)

encampou a proposta nascida no Congresso Nacional", contou Assis, 4º secretário da Mesa. A UCE, conforme Souza, está empenhada num trabalho de divulgação e conscientização dos estudantes, nas instituições de ensino superior e médio. "Os DCEs estão passando em sala de aula para convocar o pessoal a participar das discussões", disse. Para buscar aqueles que não estão em sa-

las de aula, Souza explicou que o caminho tem sido a conscientização dos universitários, principalmente, para que saiam das instituições, "levando a universidade para a sociedade". Para as audiências catarinenses, Souza destacou que os líderes estudantis vão voltar ao debate do Artigo 170 da Constituição Estadual, que define a distribuição de bolsas de estudo aos alunos carentes.

Idade

Entre os pontos que deverão ser redefinidos para a formulação de políticas públicas específicas para a juventude brasileira está o marco de idade. Atualmente, todas as políticas e leis tomam como marco de juventude a idade entre 14 e 24 anos, estabelecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) numa época em que os jovens casavam muito cedo e constituíam famílias grandes, com mais de cinco filhos. Hoje, os jovens permanecem muito mais tempo com os pais, tanto que na Europa o marco vai até os 29 anos.

Na faixa entre 14 e 24 anos, conforme o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estão 34 milhões de brasileiros. O país é o 5º em volume de jovens na população, depois da China, Índia, Indonésia e EUA. "Esta parcela da população é a mais vulnerável socialmente, com a falta de educação, saúde, emprego, acesso à cultura, ao lazer e ao esporte. Conforme pesquisa divulgada recentemente, a juventude brasileira é a 2ª mais pessimista do mundo", comentou Vignatti.

O ciclo de audiências que inicia em Lages vai percorrer Rio do Sul (6/03), Criciúma (12/03), Joinville (13/03) e Chapecó (19/03), culminando com a audiência estadual, na sede do Poder Legislativo, no dia 26 de março. Tudo o que for colhido nos encontros será sistematizado pela Assembleia Legislativa e encaminhado à Comissão Especial do Congresso. Vinte e sete parlamentares a integram, sendo dois de Santa Catarina: Vignatti e Odacir Zonta (PP). (MMV)

O caso das pequenas hidrelétricas

O engenheiro Sebastião Hülse esteve na Assembléia Legislativa, na terça-feira (2), para falar sobre sua exoneração do cargo de diretor do Departamento de Geração de Energia da Celesc. Na semana passada, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) leu partes do pedido de exoneração do engenheiro, dando sustentação à denúncia feita da tribuna sobre irregularidades no contrato firmado com a Tetrahedron S.A, empresa criada em setembro do ano passado, com sede no Rio de Janeiro, escolhida sem processo licitatório.

Pelo contrato de compra e venda de energia, esta empresa terá o direito de comprar, por 20 anos, até 1 milhão e 36 mil megawatts/ano (cerca de 200 megawatts de potência) de energia produzida pelas pequenas centrais elétricas do Sul do país conectadas à Celesc. Isto representa um valor de R\$ 2 bilhões. Segundo Hülse, o departamento que chefiava elaborou projeto para a incentivar a construção de pequenas usinas, que foi desconsiderado pela direção da empresa. Um "equivoco" no contrato com a Tetrahedron, apontado por ele, estaria relacionado à empresa de consultoria Econotech. Acompanharam a entrevista do ex-diretor, além de Vieirão, os deputados Antônio Ceron (PFL) e Joares Ponticelli (PP).



Sebastião Hülse, na coletiva dada à imprensa na AL

Celesc rebate

Na quarta-feira (3), foi a vez do presidente em exercício da Celesc, Carlos Eduardo Sitônio, ocupar a Sala de Imprensa para rebater as denúncias, acompanhado de Sérgio Zendron, da Econotech. Os deputados Ronaldo Benedet, líder do PMDB, e Herneus de Nadal, líder do governo, participaram. Sitônio informou que a Celesc necessitará adquirir energia a partir de 2006, pois não tem concessão para produzi-la, e que o projeto elaborado pelo departamento era apenas um diagnóstico e não indicava de onde viriam os recursos. A Econotech elaborou o plano e a Tetrahedron - uma espécie de condomínio de empresas e da qual a primeira é acionista

- foi criada especificamente para implementar a construção de 23 pequenas usinas. Um fundo, que ficará com 100% das ações da Tetrahedron - criada especificamente para este projeto -, vai administrar o negócio. A Celesc tem 20% dessas ações. "A parceria com a Tetrahedron trará para o nosso Estado a implantação de 200 megawatts, que serão gerados pelas pequenas centrais hidrelétricas, com investimentos de R\$ 500 milhões e implantação de 4 mil novos empregos". Segundo ele, nenhum parente ou pessoa ligada às empresas parceiras poderá construir as chamadas PCH (DAB/MMV).

Auditoria

A bancada do PT obteve aprovação em plenário, na tarde do dia 3, de um requerimento para averiguar uma possível falha no painel eletrônico do plenário do Legislativo estadual.

Segundo explicou o novo líder da bancada, Padre Pedro Baldissera, que substituiu Afrânio Boppré, a iniciativa foi motivada pelos incidentes verificados no dia 29 de janeiro deste ano, durante a 5ª Sessão Extraordinária da 1ª Convocação Extraordinária desta legislatura. "Nessa ocasião, por três vezes o painel de votação registrou incorretamente o voto de parlamentares, marcando inclusive o voto de deputados que estavam ausentes", explicou. Ele assinalou que a auditoria não será feita para colocar em xeque nenhum funcionário da Assembléia, ou mesmo algum caso de sabotagem, pois acredita que ocorreu apenas um erro eletrônico. (TK)

Odete pede ajuda para Porto União

Na sessão da tarde do dia 3, a deputada Odete de Jesus (PL) pediu providências urgentes em relação aos problemas causados pela chuva de granizo que ocorreu em Porto União na última semana. Segundo a parlamentar, a cidade está em estado de emergência desde o dia 26 de fevereiro, incluindo a área rural.

A parlamentar informou que cerca de 15 mil pessoas, de todas as classes sociais, ficaram desabrigadas, porém as construções mais frágeis nos bairros pobres sofreram os maiores prejuízos. "Só com as coberturas e telhados o



Deputada Odete de Jesus

prejuízo chega a R\$ 5 milhões. Isso representa 50% do orçamento anual do município", informou. Conforme Odete de Jesus, quem quiser colaborar pode entrar em contato com a Prefeitura de Porto União, pelo telefone (42) 523-1155. (TK)

Duduco explica saída do PP

(foto Jonas Lemos Campos)



Atitude do parlamentar será levada à Comissão de Ética

Após ocupar a tribuna, na tarde do dia 3, para explicar sua saída do Partido Progressista, o deputado Nilson Nelson Machado - Duduco, além de provocar impacto às pessoas presentes na sessão ordinária, provocou uma situação inusitada no parlamento catarinense. Ao disparar sua metralhada

de adjetivos contra a prefeita de Florianópolis, Angela Amin (PP), a quem culpa pelo seu desligamento da sigla, Duduco mostrou um exemplar de jibóia argentina, comparando a chefe do executivo da Capital ao animal e exigindo respeito pessoal e "com a população da cidade".(CA)

Vieirão repudia ato

A pedido do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), o ato do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido) será o primeiro a ser apreciado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar este ano. "Quero saber se, se eu quiser atingir um parlamentar, posso trazer um bípede ou quadrúpede para este plenário?", justificou. Ele salientou que não quer o questionamento do ex-pepebista

pela Comissão, porém foi enfático em afirmar que Duduco "desrespeitou uma autoridade", ressaltando que a presidência da Casa foi conivente com a situação, abrindo precedente para que outros "fatos grotescos" como este tornem a se repetir.

"E se alguém se ofender e quiser retrucar Duduco, levando um animal, como fez com Angela Amin, será que ele vai gostar?", questionou.(CA)

Polícia Militar sem aumento

O deputado Joares Ponticelli (PP) pediu ao presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado João Rodrigues (PFL), que se manifeste em relação ao aumento salarial dos policiais militares. O reajuste da Segurança Pública foi proposto pelo governo através de um projeto de Lei Complementar, e os percentuais variam de 25% a 93%. A implementação deveria ser gradativa, a partir de janeiro deste ano até o final da administração Luiz Henrique da Silveira. Até o momento, não houve qualquer ajuste salarial.

"O informativo dos praças desta semana tem a seguinte manchete: 15 meses de frustração, em resposta às promessas feitas pelo governador. É hora dele trazer uma resposta. O aumento, até agora, é virtual. Está na hora do dinheiro entrar na conta", criticou Ponticelli.

Procurado para comentar o tema, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), não foi encontrado, enquanto o líder peemedebista, deputado Ronaldo Benedet, preferiu não falar sobre o assunto no momento. (DAB)

AL COMUNIDADE

De costas para o progresso

Tatiana Kinoshita

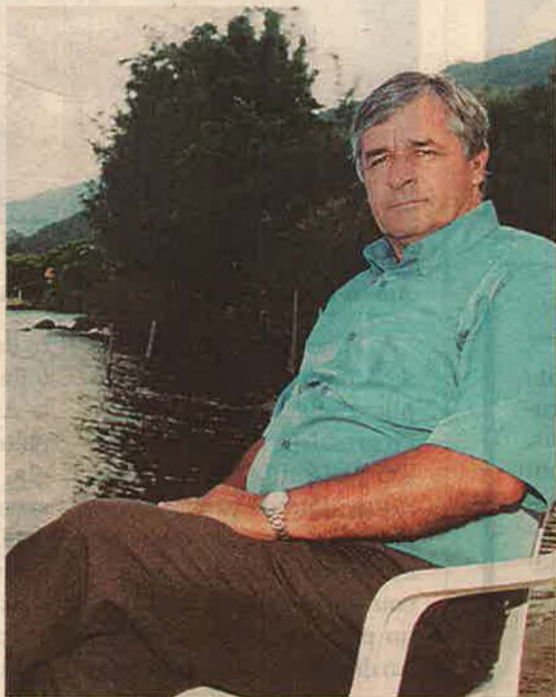
A comunidade da Costa da Lagoa, localizada junto à Lagoa da Conceição, leste da Ilha de Santa Catarina, é uma colônia de pescadores que teve grande prestígio nos séculos XVIII e XIX, quando a agricultura e a pesca eram atividades intensas na área. Hoje, as 1.800 pessoas que moram na localidade têm muitas carências, fazem inúmeras reivindicações e vivem uma dualidade. De um lado, a convicção de preservar o patrimônio histórico, cultural e, principalmente, ambiental. De outro, a necessidade de aproveitar os benefícios do progresso, que os moradores insistem em dizer que nunca chega.

Uma das maiores reivindicações da comunidade sempre foi a implantação de um posto de saúde. A obra está em andamento e, enquanto não termina, a população é atendida em uma casa alugada pela prefeitura.

Mas o comerciante Manoel Cabral, bisneto de um dos mais antigos moradores locais, diz que inaugurar um novo posto não resolverá os problemas. "Precisamos de médicos atendendo durante toda a semana, e não apenas três dias, como ocorre atualmente."

Cabral explica que os moradores precisam de soro antiofídico, pois existem muitas espécies de cobras na região. "Quando alguém é mordido, como eu já fui, precisa chamar a Polícia Militar para transportar o paciente de helicóptero até o hospital."

Já para o pescador Rodney Góes, além de médicos de várias especialidades, a comunidade reivindica um dentista. Ele explica: "Nosso posto nunca teve um, e nunca tivemos um pediatra também. A maior preocupação da gente é com mordidas de cobras e picadas de escorpiões. A Costa é longe e não podemos demorar para chegar ao hospital".



Para Manoel Cabral (ao lado) soro antiofídico é a maior reivindicação, já para Rodney Góes (abaixo) um dentista seria essencial para a comunidade



Outras prioridades

A rede de esgotos é outra grande preocupação da comunidade da Costa da Lagoa. Para o comerciante Djalma Loureiro, o bairro é hoje uma ilha dentro da Ilha de Santa Catarina, "uma localidade desprezada pelo resto do município". A canalização das fossas, conforme Loureiro, já está pronta, faltando fazer a ligação com a central de tratamento de esgoto da Barra da Lagoa.

"Como 80% dos moradores dependem da pesca para sobreviver, não podemos correr o risco da Lagoa ficar contaminada por dejetos. Todas as casas e restaurantes da região têm apenas fossas. Nosso maior medo é quando a maré encher e

as águas alcançarem as fossas. Para a Lagoa não morrer, precisamos urgente de uma rede de esgotos", argumenta o comerciante.

Apesar da maioria dos moradores não querer a construção de uma estrada que ligue a Lagoa da Conceição à Costa da Lagoa, todos reclamam da falta de cuidado com a trilha existente. Nascida e criada na Costa, Denézia Andrade, 69 anos, diz que "o asfalto só traria coisas ruins para a comunidade, que por ter difícil acesso acaba protegida de todo mal que o progresso pode trazer". Para ela, "o problema é que nós andamos muito pela trilha e em certos trechos ela está cheia de mato e mal conservada".



A Costa da Lagoa tem hoje cerca de 1.800 moradores que vivem, basicamente, da pesca e gastronomia

Na trilha da história

A Costa da Lagoa começou a ser habitada em meados do século XVIII. Seu apogeu foi no século XIX, quando a agricultura e a pesca eram as principais atividades. Na época, o cultivo era bastante variado. O café, a mandioca, o trigo e a cana-de-açúcar foram os responsáveis pela prosperidade de toda a região da Lagoa. Ao todo, eram dez engenhos de açúcar, 28 de aguardente, 101 engenhos de mandioca e 32 atafonas de moer trigo.

O Decreto Municipal nº 247/86 tombou o caminho da Costa da Lagoa como patrimônio histórico cultural. Toda a região está zoneada como Área de Preservação Cultural.

No local existem resquícios históricos, arquitetônicos e arqueológicos, nos engenhos, casarões e sobrados ao longo do secular caminho das pedras - tombado como patrimônio histórico e cultural - que liga a Costa da Lagoa à Lagoa da Conceição. Atualmente, a população local tem como atividade a pesca artesanal.



Comerciante Djalma Loureiro teme morte da Lagoa

(fotos Carlos Kilian)